
Entrevista com Heloísa Buarque de Almeida

Para enfrentar a violência sexual nas universidades, o tripé: acolhimento, normas específicas e educação.

Entrevista com Heloísa Buarque de Almeida

Ana Letícia de Fiori



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/8702>

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Ana Letícia de Fiori, « Para enfrentar a violência sexual nas universidades, o tripé: acolhimento, normas específicas e educação. », *Ponto Urbe* [Online], 26 | 2020, posto online no dia 28 julho 2020, consultado o 05 agosto 2020. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/8702>

Este documento foi criado de forma automática no dia 5 agosto 2020.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Entrevista com Heloísa Buarque de Almeida

Para enfrentar a violência sexual nas universidades, o tripé: acolhimento, normas específicas e educação.

Entrevista com Heloísa Buarque de Almeida

Ana Letícia de Fiori

NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em / Original Version 01/04/2020

Aceitação / Accepted 30/06/2020

- 1 Esta entrevista foi realizada com a antropóloga Heloísa Buarque de Almeida, professora do Departamento de Antropologia da USP, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP em 12 de fevereiro de 2020. Heloísa é graduada em Ciências Sociais e mestra em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e doutora em Antropologia Social pela UNICAMP. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/UNICAMP e o é atualmente do Núcleo dos Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS/USP), trabalhando com temas relacionados a gênero e sexualidade, mídia e violência. Heloísa falou por cerca de duas horas sobre os casos de violência sexual e assédio na universidade, as tipologias que emergiram dos relatos, os procedimentos insuficientes dentro e fora da universidade, as hierarquias e assimetrias que facilitam situações de violência, a fundação da Rede Não Cala e as medidas que devem ser tomadas para a prevenção dos casos, a conscientização da comunidade acadêmica e o encaminhamento das denúncias, com acolhimento das vítimas e mecanismos adequados para apuração dos fatos. Deixo aqui mais uma vez meus agradecimentos pela conversa e por fazer parte dessa Rede.

ANA: A ideia é que esta entrevista tenha um caráter de utilidade para quem está lidando com questões de assédio sexual, violência de gênero e violência sexual no contexto da Universidade. Que seja uma partilha de experiências, que possa inspirar e ampliar o debate. Eu queria começar com uma apresentação sua, que coloque em perspectiva as suas trajetórias como antropóloga, feminista, e como alguém que teve vivências na universidade, que passou por todo esse processo de socialização e passou do papel de aluna para o de professora e para alguém que foi instada a intervir, a investigar e a atuar em situações conflituosas sobre gênero e sexualidade. São papéis que se sucedem do ponto de vista cronológico, mas também se informam mutuamente, apesar de não serem totalmente equivalentes e comensuráveis entre si.

Heloísa: Eu entrei na USP pela primeira vez em 1982, para estudar administração de empresas na FEA. Eu me senti uma ET, a única coisa que eu gostei foi a disciplina de sociologia. Depois eu descobri que existia o curso de Ciências Sociais, eu não sabia disso quando eu estava na escola. E eu acho que a coisa que marca minha trajetória e de muitos de nós naquela época, pensando em gênero e sexualidade, nos anos 1980 (eu entrei em 1985 em Ciências Sociais), é que a gente tinha essa sensação de que aqui [na universidade] era o lugar da liberdade, da liberdade sexual inclusive.

Então, na FFLCH foi que eu descobri um ambiente que tinha muitos gays assumidos, lésbicas nem tanto, mas muitos gays homens assumidos. E para mim foi uma libertação sexual. Foram os momentos em que eu comecei a ter uma vida sexual ativa e me sentia muito à vontade aqui, tinha paqueras e coisas assim. Então tinha esse imaginário da universidade como um lugar, nessa questão de gênero e sexualidade, de libertação, de experimentação, de descoberta de si.

Eu fiz aqui o mestrado com o [José Guilherme Cantor] Magnani sobre cinema e a questão de gênero apareceu para mim no mestrado. Com uma coisa importante, eu já me sentia razoavelmente feminista, mas a gente não falava nisso nessa época. A gente não ficava se declarando feminista, feminista era muito palavrão nos anos 80, 90. Mas eu acho que desde meus 13 anos, mais ou menos, eu já era meio feminista. Então a questão dos marcadores começou a aparecer para mim desde o mestrado, por isso eu fui fazer doutorado na UNICAMP, porque tinha uma área forte de estudos de gênero, que naquela época no doutorado em Ciências Sociais chamava “família e gênero”. Quando eu terminei o mestrado e antes de entrar no doutorado eu tive um convite para trabalhar no CEBRAP com uma pesquisa de campo em Montes Claros, no norte de Minas, assistindo televisão com as pessoas e já tendo a questão de gênero e sexualidade como uma questão central do projeto de pesquisa. Eu entrei aqui na USP em 2007, vim para cá um pouco com essa missão de montar uma disciplina de gênero, de teoria de gênero na graduação das Ciências Sociais exatamente pela sensação de que era uma coisa que faltava.

ANA: Eu fui da sua primeira turma. 2008.

Heloísa: Exatamente. Eu comecei a dar aula em 2007. E no primeiro semestre de 2008 (a minha filha Taís nasceu no fim do semestre) eu dei a primeira versão de Antropologia e Gênero, que depois eu comecei a repetir a cada dois anos na graduação e a cada dois anos na pós. Eu fiquei com a cara da professora que dá a disciplina de gênero na FFLCH. Então vinham alunos de todos os cursos, aquela sala lotada, né?. E começou a acontecer, na hora do intervalo ou no fim da aula, de alguma aluna vir e falar “professora, sabe que aconteceu alguma coisa...” Algumas alunas de graduação de diversos cursos, e normalmente a conversa era “então... eu tenho uma amiga, ela mora no CRUSP [Conjunto Residencial dos Estudantes da USP], ela foi a

uma festa aqui e aconteceu um abuso”. Os primeiros relatos que eu vi eu lembro que eram associados a esses dois fenômenos: festa e moradia universitária. Eu já desconfiava que tinha acontecido com elas mesmas. Mas era o jeito delas conseguirem contar, colocavam em terceira pessoa. Elas começaram a me contar essa sensação de um abuso sexual vivido entre amigos, pessoas que se conheciam, pessoas que eram colegas: “ah, porque ela bebeu demais na festa e alguém abusou dela”, ou “eu estava muito bêbada na festa, meu amigo ofereceu para eu dormir na casa dele, ele é meu amigo, eu confiei, e quando eu acordei ele estava abusando de mim de algum modo”. Eu comecei a ficar assustada com essas histórias, que me pareciam uma agressão de cunho sexual entre colegas, um abuso. Elas não necessariamente usaram a palavra estupro, mas elas descreveram: “quando eu acordei”, ou “minha amiga acordou com a dor da penetração”. Alguma coisa bem explícita. Eu comecei a ficar preocupada e a procurar entender quais eram os caminhos da universidade para lidar com isso, e eu descobri que, na época, havia um programa novo chamado USP Diversidade, ligado ao Núcleo de Direitos. Isso é 2014, quando a Maria Arminda [do Nascimento Arruda] estava na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Ela juntou vários programas que tinham, em alguma medida, a ver com a questão dos direitos humanos, no Núcleo de Direitos. Institucionalmente, este núcleo seria articulado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, inclusive ela fez um documento definindo o que seria cultura e extensão e tinha pauta de direitos humanos. Na época, o coordenador do USP Diversidade era o professor Ferdinando Martins da ECA, do teatro. Mas o USP Diversidade era um programa com um professor e dois bolsistas apenas organizando seminários, debates, coisas bem acadêmicas, sobre gênero e sexualidade, o foco era o combate à homofobia na universidade. Não havia um canal de denúncia, não havia um canal de apuração. E eu fui descobrindo que o único jeito de denunciar era levar à diretoria de cada unidade, no caso da USP. Daí o diretor decidiria se faria uma sindicância ou não, um procedimento jurídico interno que funciona como uma espécie de inquérito policial para ver se houve alguma quebra do regimento da universidade. Nem no regimento e nem na lógica da sindicância há nada que mencione esse tipo de agressão. Então, a sindicância operava para verificar que houve uma festa e picharam o prédio, para ver se tinha algum dano físico no espaço, para investigar plágio, para investigar algum ato de bate-boca e agressão entre funcionários, ou entre funcionário e professor, ou entre professor e aluno, entre alunos. Então eu também logo fui percebendo que a lógica da sindicância não seria apropriada para esse tipo de caso. Eu herdei o planejamento do Ferdinando e dos bolsistas, um deles era o Filipe Cruz que está aqui na pós da Sociologia, de fazer uma pesquisa para descobrir esse tipo de problema. O primeiro plano era fazer uma pesquisa, pelo menos saber o que está acontecendo, mas não havia nenhuma iniciativa de como lidar com os casos em si. Eu peguei o USP Diversidade e na primeira semana as pessoas começaram a me procurar com histórias semelhantes. Eu dei uma entrevista para o Jornal do Campus, as pessoas começaram a me achar. Quem me procurou foi um grupo de alunos da Faculdade de Medicina. E pediram para marcar uma conversa comigo, que eu marquei aqui na FFLCH porque eu percebi que a coisa era delicada e precisava de uma conversa sem outras pessoas ouvindo. O núcleo era um monte de gente passando... aí eles começaram a contar dos casos associados aos trotes e às festas da Medicina, especificamente uma festa que chamava Fantasias no Bosque.

Falando não só como docente, mas como antropóloga, a gente vai lendo um pouco o ponto de vista das pessoas. Muitas meninas, que me contavam em terceira pessoa, contavam o relato em que havia uma situação de fronteira, confusa entre o que é sexo e o que é abuso. No entanto, quando os meninos da Medicina vieram me contar não tinha mais essa fronteira, nem estava perto dessa fronteira. Eles começaram a me contar situações em que de certa forma o abuso era planejado. Ou seja, aquela situação que tem a festa e tem a bebida das calouras, separada. Ou seja, a ideia é intoxicar as meninas de algum modo, para que elas estejam suficientemente alteradas para não resistir. E me contaram pelo menos três ou quatro casos que eu via como estupro, aí sim nomeando como estupro, pois estavam falando “aconteceu o estupro assim”, inclusive casos de agressão sexual entre rapazes, na posição de calouros e veteranos. Nesse tipo de jogo que há sempre uma hierarquia, há sempre uma disputa de poder e isso me deixou muito chocada. Eu comecei a procurar, conheci a professora Ana Flávia [de Oliveira] da Medicina, fui conhecendo outras professoras que também estavam ouvindo esses casos e fiquei mais próxima desses alunos da Medicina. Eles pediram para eu ter uma conversa com outras pessoas. Um deles falou que queria fazer uma CPI sobre o trote, que estavam conversando com o deputado [estadual] Adriano Diogo [do PT].

Eu estava muito indignada com as histórias que ouvia, eu exploro esses casos nesse artigo em francês¹, porque havia uma espécie de ritual institucional encaminhando para as cenas de abuso, provocando abuso tanto em termos dessas festas – com bebidas específicas das calouras – como em termos de uma instituição que tinha lá, que chamava Show Med. O Show Med era uma espécie de formação de uma “panelinha” masculina de elite da faculdade, só homens eram aceitos nesse Show Med, as meninas participavam apenas da costura do Show Med. O Show Med era um show, uma coisa de piada, que existia há muitos anos, podemos dizer que vem de um desdobramento da prática do trote – lembrando que o trote era uma prática institucionalizada no século XIX e no começo do século XX, era uma prática promovida pela própria instituição. Obviamente a USP, nessa altura do campeonato, já tinha uma normativa proibindo o trote, o trote foi formalmente proibido desde 1999 quando um calouro morreu na piscina da Faculdade de Medicina. Só que uma coisa é você ter uma portaria dizendo “o trote está proibido”, outra coisa é que continuava existindo uma instituição com CNPJ, chamada Show Med, que organizava um trote violento para entrada no Show Med, que inclui essa prática de ser obrigado a beber até cair. Não é “beba o quanto você quiser”, é forçar a beber. Com rituais que sempre se repetiam, um deles que eu descrevo no artigo, por exemplo, é famoso, que eles chamavam de “pascu”, uma “brincadeira” em que o calouro fica deitado numa mesa de bruços, eles fazem um campo cirúrgico, e tradicionalmente inseriam pasta de dente no ânus do candidato. Tudo feito de um modo muito “engraçado”, mas que, claro, estava sendo denunciado, porque as pessoas estavam sentindo aquilo não mais como piada, e sim como agressão, como humilhação, como violência.

ANA: É, justamente esse caráter irônico, engraçado era para deixar ambivalente aquilo que de fato é uma agressão.

Heloísa: Exatamente. Depois dessa reunião, em que havia outras pessoas, eu não sei dizer qual o procedimento interno lá na ALESP, mas houve uma primeira audiência pública sobre isso na Assembleia Legislativa. E, além de mim outras professoras e professores depuseram, inclusive da Medicina da USP. O próprio deputado Adriano

Diogo foi entrando em contato com algumas pessoas. Algumas pessoas viram contar algumas histórias, por exemplo, o Luís Fernando Tófoli da UNICAMP veio depor, o Paulo Saldiva, a Ana Flávia de Oliveira. E eles conseguiram as assinaturas necessárias. Entre dezembro de 2014 e março de 2015 a CPI efetivamente aconteceu.

ANA: Pois é, eu encontrei esses documentos. Encontrei o relatório final ontem, ela foi instaurada em dezembro de 2014. Levantando desde o começo essas apurações de denúncias de trote, assédio moral, abuso de poder, uso abusivo ilícito de substância psicoativas, que eles colocam “entorpecente”, álcool e entorpecentes, violações de direitos humanos e agressões sexuais. Pela justificativa do documento que eu vi, teria um caso específico da USP de Ribeirão Preto em setembro de 2014, um estupro que teria deflagrado a CPI. Então, na verdade, a minha pergunta é: a Rede Não Cala surgiu por conta dessa CPI e quais foram os outros vetores de sua criação?

Heloísa: Na mesma época com essa CPI houve uma reunião da Congregação da Faculdade de Medicina com o resultado de uma das sindicâncias em que três ou quatro alunas acusavam colegas de abusos sexuais de vários tipos, inclusive estupro, na verdade todos eles poderiam ser categorizados pela lei de 2009 como estupro, porque são atos sexuais sem consentimento. A maior parte inclusive envolvia penetração, então são facilmente classificadas como estupro. Durante essa congregação, uma das vítimas invadiu a Congregação, porque a conclusão da sindicância é que não tinha acontecido nada. Ela de algum jeito soube sobre isso e invadiu, e a faculdade de Medicina teve que abrir outra sindicância e essa teve outros desdobramentos depois.

Mais ou menos no final da CPI houve o primeiro julgamento no processo criminal em primeira instância de um outro aluno da Medicina, acusado de estupro. Um dos raros casos na Medicina que [foi denunciado criminalmente], além de ter sido denunciado internamente na universidade. Vários foram denunciados na Medicina, se transformaram em sindicância e a sindicância não tinha levado a nada. Ele havia sido absolvido pela sindicância de uma infração, porque na sindicância a gente não avalia se houve estupro ou não, a gente avalia se houve uma infração disciplinar, porque a gente não é Justiça...

ANA: Não tem competência penal.

Heloísa: Não tem competência penal, exatamente. Mas no processo jurídico ele estava sendo processado por suspeita de estupro. E nessa primeira instância ele foi absolvido, nessa primeira vez em 2015, e depois em 2018 ele foi absolvido em segunda instância. Então saiu esse documento que é público da CPI, que está online.

ANA: Está no Diário Oficial.

Heloísa: Essa parte que é pública. Há um relatório que não é público, porque menciona os nomes, as pessoas etc. que foi encaminhado para o Ministério Público de São Paulo. Essa parte que foi encaminhada para o Ministério Público produziu alguns termos de ajustamento de conduta, tanto com a Faculdade de Medicina, quanto com a ESALQ Piracicaba, e também afetou outras faculdades do estado. Nesse termo de ajustamento de conduta constava que a instituição agiria mais firmemente para acabar com essas práticas do trote, e inclusive acabar com essa instituição que era o Show Med, no caso da Faculdade de Medicina. Com a ESALQ, era uma série de práticas de trote. Por conta do USP Diversidade, eu acabei dando muitas entrevistas sobre esses casos para a imprensa.

Em abril de 2015 eu recebo uma ligação da professora Vera Paiva, da Psicologia, por causa do caso mais dramático da Medicina, que foi absolvido internamente também, e que a sentença no judiciário afirmava que não havia provas de que tinha sido estupro. Vera Paiva queria marcar uma reunião com professoras, começando com aquelas que, assim como eu, trabalhavam com questões de gênero e sexualidade em outras unidades. Assim como eu estava ouvindo narrativas de agressões sexuais aqui na FFLCH, o mesmo estava acontecendo com a Vera Paiva, com a Ana Flávia na Medicina, com outras professoras, a Bete Cruz [Elisabete Franco Cruz] na EACH. Outras pessoas que trabalhavam com questões de gênero ou sexualidade, ou por serem feministas ou professores e professoras por serem homossexuais também foram buscados em alguns momentos pelos alunos contando casos de abusos. Teve abusos contra rapazes. Em algum desses casos de interior, não me lembro se era Ribeirão ou São Carlos, na USP de São Carlos, seria um menino abusado por outro aluno. Então a gente percebeu que não havia uma central de sistematização desses casos. Algum desses casos chegaram como denúncia anônima na ouvidoria da USP, e porque anônimo nada foi feito. Eu acabei conhecendo na própria CPI o professor Antônio [Ribeiro] de Almeida, da ESALQ, que me contou casos muito aterradores que aconteciam lá em Piracicaba. Inclusive de estupro coletivo, que era uma coisa que não se falava ainda, a gente começou a falar mais disso recentemente.

ANA: Não era reconhecido.

Heloísa. Não era reconhecido, não se usava a expressão “estupro coletivo”. Então fui percebendo que, grosso modo, a gente tinha mesmo dois tipos de casos. Esses casos “foi numa festa, bebeu demais” e outros casos ligados a uma espécie de institucionalização de agressão, que repercutiram mais. E eu fui falar nessas faculdades, em semana de calouro, eu fiz isso pelo USP Diversidade. Eu fiz, por exemplo, esse folder: como denunciar, o que não pode acontecer, o que é abuso, o que é crime, que não é brincadeira. Tentei criar uma cartilha de regra de convivência, em que você não pode forçar uma pessoa a beber. Então, a gente tem que pensar que essas práticas aconteciam antigamente, mas a partir da legislação de 1988 elas se tornaram um crime, a gente tem uma Constituição em que você não pode forçar ninguém a fazer algo, não pode forçar ninguém a beber, a fazer sexo.

ANA: Muda a categoria do que é crime de estupro, deixa de ser crime contra a honra.

Heloísa: Deixa de precisar ser mulher honesta para ser considerado estupro. Tudo isso vai mudando. Alguns atos que antigamente passavam batido, passam a ser vistos como agressão, como violência, passam a ter uma definição criminal, um tipo penal. Voltando. A Vera Paiva me ligou em uma quinta-feira, havia um feriado no meio, e a gente marcou uma reunião na faculdade de Medicina na terça-feira seguinte. Só por telefone e e-mail, a gente conseguiu reunir 80 professoras da USP.

ANA: Sinal de que a demanda estava super reprimida.

Heloísa: Exatamente. E muitas atordoadas e muito aliviadas de encontrar com quem conversar. Algumas delas muito envolvidas em militâncias de direitos humanos ou de feminismo. Eu era feminista, mas não estava envolvida em nenhuma militância, então, elas ajudaram a pensar em um formato para o grupo. Foi fundamental nesse sentido. A gente começa a se reunir, e funda a Rede, que no começo chamou “quem cala consente”, mas depois a gente mudou para Rede Não Cala, porque a gente estava querendo dizer que a universidade estava calando, não as vítimas. Estava ganhando

destaque essa ideia de um silenciamento institucional do problema, era preciso então falar, e não calar. Uma das grandes questões de vários desses casos era a fronteira do consentimento, onde consentiu, onde não consentiu. Então eu tive situação de ouvir meninas na minha sala e de ouvir...

ANA: Os acusados.

Heloísa: Dois ou três rapazes que foram acusados e, na cabeça deles, o sexo havia sido consentido. Eles não conseguiam entender onde eles tinham errado, para eles aquilo tinha sido uma cena de sexo. E, para as meninas com quem eles tinham feito o que eles achavam que era sexo, tinha sido uma cena de violência, de abuso, e algumas falavam em estupro. Porque uma coisa é usar a palavra abuso, é muito difícil usar a palavra estupro, porque a palavra estupro é um tabu, é como usar a palavra aborto, são palavras que pesam mais. Então, é mais difícil a vítima conseguir dizer, “sofri um estupro”, ela daí tem que se reconhecer como vítima. Depois eu parei de atender os rapazes porque eu falei “não consigo dar conta dos dois lados”. A gente na Rede fez uma formação para acolhimento. Eu aprendi um pouco com as minhas colegas da Rede Não Cala, principalmente com Ana Flávia, e também o pessoal da Psicologia, da Medicina, como fazer acolhimento, como saber ouvir sem julgar. Informalmente, eu até estava acertando muita coisa, mas precisava desse que também é um apoio psicológico para mim, para lidar com o caso.

Ouvindo muitos casos eu percebi, por exemplo, algo que é bem importante para quando a gente faz pesquisa sobre sexualidade ou violência, que é a pessoa perceber que ela sofreu uma violência quando ela está te contando. Tanto por ter esquecido o que aconteceu e na hora que ela começa a relatar ela vai se lembrando. Então funcionou como uma espécie de consultório psicanalítico, que eu não queria, mas você não tem controle disso. A pessoa me procurou, está aflita e precisa conversar. A pessoa fala “então eu lembro que eu...” e eu percebo que ela está se lembrando naquele momento em que ela fala comigo. Quanto, por outro lado, ela já lembrava do que tinha acontecido, mas não tinha nomeado aquilo como violência e quando ela fala para mim “eu acho que foi um abuso”, “eu acho que, eu não queria”, “eu acho que, eu fiquei imóvel... por isso ele fez”, embora não necessariamente usasse a palavra abuso, expressava a sensação de “eu sofri uma agressão”, “eu me sinto agredida”. Então, na Rede, a gente foi vendo que iam chegar mais casos, eu tive certo conflito com a organização do Núcleo de Direitos e saí do USP Diversidade no começo de 2015, porque eu percebi que ali eu não tinha margem para fazer nada efetivo. Eu fiz esse folder, que foi difícil negociar. Foi uma vitória nossa, hoje está no manual de calouros, a normativa com relação a não ter trote, não agressão, respeitar a noção de consentimento. Essa vitória foi conseguida depois mais pelo USP Mulheres do que pela Rede Não Cala. Mas a gente montou a Rede Não Cala, começou a se treinar, a fazer reuniões, ver os tipos de caso. O agressor da Medicina sofreu uma nova sindicância, e no começo de 2015 se definiu que ele ia ser só suspenso.

ANA: Ele ficou dois anos suspenso, se não me engano.

Heloísa: No começo, seis meses, prorrogaram a suspensão por mais seis meses, depois adiaram. Ele se formou numa sessão quase secreta no meio das férias de janeiro de 2017, e foi absolvido em segunda instância.

Então, eu comecei a estudar esse tema da violência sexual. Fui descobrindo o trabalho que a Ana Lúcia [Pastore Schritzmeyer] já tinha feito com a Sílvia Pimentel sobre os

casos de estupro no Judiciário². Eu não tinha imaginado que ia pesquisar esse tema, eu pesquisava gênero e mídia, mas violência volta e meia aparecia, porque quando você pesquisa gênero a violência aparece no seu caminho.

Por exemplo, no campo que eu tinha feito em Montes Claros com as famílias assistindo à novela, apareceram muitas situações de violência doméstica, contra as mulheres, contra as crianças. Ao ler mais coisas, fui descobrindo que é muito raro o Judiciário condenar alguém por estupro, a não ser os casos como “maníaco do parque”, que estupra e mata, nos quais há um nível de brutalidade muito grande, brutalidade física com marcas. Mas, por exemplo, esse rapaz da Medicina, a vítima tinha marcas no corpo, ela ficou toda roxa, e mesmo assim ele foi absolvido como se tivesse sido sexo consensual. E o argumento na segunda instância foi “ela foi porque ela quis”, “ela estava bêbada”, “ela entrou no quarto porque ela quis”, quando na verdade ela estava alcoolizada, ela era uma menina super inocente, estava alcoolizada, mas não estava sabendo. “Deite aqui para você descansar, você não está passando bem, encoste aqui”, esse tipo de situação. Eu fui descobrindo que várias universidades não tinham também mecanismos de acolhimento, não era um problema só da USP. Quando eu saí do USP Diversidade, eu fiz um primeiro documento, antes da Rede, a gente estava começando, e entreguei em mãos ao Reitor, ao Zago, na época. Dizia – e a Rede Não Cala voltou a dizer coletivamente – que esses casos acontecem e os regimentos foram feitos sem levar em conta esse tipo de problema, então o que precisa ter? O que falta?

Várias professoras que participam mais ou menos ativamente da Rede, que foram em uma ou várias reuniões, gente do Direito, da Medicina, da Psicologia, nós das Ciências Sociais, fomos percebendo que na verdade há uma espécie de tripé, de conjuntos de três universos de coisas que precisam ser pensadas: acolhimento; investigação/punição de agressores; e educação/prevenção. Um é o universo do acolhimento, do atendimento, do acolhimento psicológico, da assistência social. A Rede Não Cala fez um projeto junto com os coletivos feministas, que a gente chamou de Centro de Referência. Com assistentes sociais, psicólogas, para ouvir os casos de agressão e de violência, não apenas violência sexual, todo tipo de agressão. A CPI chamou de “violação de direitos humanos”, isso é um meio de nomear exatamente esse tipo de problema que a gente estava enfrentando.

ANA: Eu acho que foi estratégico para acessar as normativas internacionais dos tratados.

Heloísa: Exatamente. Então, primeiro, é o centro de referência, de acolhimento. A UNICAMP já fez agora, algumas federais fizeram, ligadas à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis ou Assuntos Comunitários. Em algumas universidades federais tem um nome, em outras federais tem outro. Mas a USP não tem. A USP só tem uma Superintendência de Assistência Social, o que me deixa chocada, porque quer dizer que essa assistência social é só uma superintendência e não precisa de política de assistência social. Quando a gente precisa ter uma política de assistência social, aqui na USP é muito capenga, e piorou de 2014 para cá.

A gente queria que formasse esse Centro de Referência de atendimento, a gente fez um projeto em que ele não precisa ser caro, precisa de um lugar e de deslocamento de funcionários, funcionárias, para esse lugar.

ANA: Isso seria via Reitoria ou Pró-Reitoria?

Heloísa: Não sei, eu acho que teria que ser pela Reitoria, pela normativa da USP. Eu acho que na USP falta uma Pró-Reitoria pensando assistência social, comunidade, relações estudantis, esse universo de questões. Além da violência sexual, do estupro e dos casos de trote, a gente também estava lidando com casos de assédio sexual e também não encontramos nem na normativa da USP nem em iniciativas nenhuma regulamentação explícita sobre isso. Não existe, no código de ética da USP, uma regra para professor, por exemplo. Então fica complicado de lidar. A ideia é o Centro de Referência para atender os casos, que fosse um escritório independente e separado das unidades. Porque você acaba sendo o professor que está em uma sindicância para julgar se um colega assediou ou não uma aluna, é muito desagradável, no mínimo, e muito complicado corporativamente. Como eu vou julgar o meu colega? Eu descobri isso ao participar como professora externa de sindicância em outra universidade, em uma universidade federal.

No centro de acolhimento, as pessoas têm que ser treinadas em questões de gênero, sexualidade e raça, porque também há questões raciais envolvidas nesse tipo de agressão. As meninas que eram vistas como exóticas muitas vezes eram vítimas também, tanto meninas de traços orientais quanto meninas negras. Então eu via várias questões de gênero, raça, sexualidade, que a gente estuda na teoria aparecendo ali nos casos. Nesse centro de referência poderia encaminhar a pessoa para assistência médica, psicológica, jurídica, ir junto na delegacia fazer um B.O, se for o caso. Porque fazer o B.O. não deve ser uma obrigação, deve ser uma coisa que a vítima decide, porque é um caminho muito duro, ela vai se sentir agredida na delegacia. O sistema judiciário é muito machista, tende a ser horroroso para as vítimas de estupro, o que está muito bem contado em vários filmes, mesmo o cinema de Hollywood.

Outro ponto seria mexer no regimento e nas normativas. Em um caso de assédio sexual entre professor e aluno, não dá para ser julgado em uma sindicância nos formatos que a sindicância tem aqui dentro. Não é eficiente. Então a professora Fabiana Severi, do Direito de Ribeirão Preto, e a professora Ana Elisa Bechara, aqui da São Francisco, fizeram uma proposta de mudança de regimento da USP. Isso já foi encaminhado para o Conselho Universitário e até agora não vi acontecer.

ANA: Não entrou nem na agenda de votação, discussão.

Heloísa: Não entrou. A gente fez sugestões, mas essas sugestões precisam ser transformadas em um processo democrático de revisão do Estatuto da USP, do regimento interno da USP. Inclusive de revisão do código de Ética vigente.

ANA: Nosso regimento disciplinar é de 1971.

Heloísa: Depois de 70 é uma colcha de retalhos, com um monte de portarias, de normativas, adendos. A gente não quer uma transformação que possa criar uma espécie de perseguição aos alunos, por isso tem que tomar muito cuidado. Esses dois aspectos, o Centro de Referência e a revisão das normativas, das formas de sindicância, remeteriam a USP, como em universidades norte-americanas, algumas na Espanha e na América Latina, uma espécie de “escritório de gênero”, em alguns lugares chama mesmo “Gender Office”. Lá se faz tanto o acolhimento quanto o processo de julgamento interno da Universidade. No caso da USP, a gente propôs duas coisas diferentes, que são esses dois pés [acolhimento e revisão das formas de sindicância e normativas].

Porque a partir dos casos de estupro começaram a aparecer casos de assédio sexual, particularmente, em relações hierárquicas: professor, aluna, inclusive na pós-graduação. A gente tem casos na USP de professores que dão aula no primeiro ano em algumas unidades que são assediadores contumazes. Um deles é diretor de Unidade hoje, sendo que a ouvidoria teve várias denúncias anônimas contra esse cara. Só que diante da denúncia anônima, a ouvidoria não tem o que fazer pelo regimento atual, ela fica mais ou menos de mãos atadas. A ouvidoria diz que precisa de uma denúncia para poder buscar testemunhas, fazer a investigação. Só que efetivamente eu já vi em Universidade Federal se abrir sindicância a partir de uma denúncia anônima, exatamente para tentar entender o que aconteceu para investigar.

ANA: Nesse caso específico, será que não teria como organizar isso via representação discente?

Heloísa: Eu não sei. O fato é que a gente não consegue fazer esse tipo de sindicância acontecer. Eu sei que já houve professores punidos com essas sindicâncias, tanto na USP quanto em outras universidades estaduais e federais. Houve professores assediadores que tinham a prática de assediar alunas que foram punidos, principalmente nos casos em que houve mais de uma denúncia contra o mesmo professor. Então normalmente o que eu oriento as alunas a fazer é tentar uma denúncia coletiva, porque isso costuma ter uma efetividade maior, inclusive nos formatos atuais de sindicância. Mas é preciso melhorar.

O terceiro pé é a educação e prevenção, um pouco o que fazem o USP Diversidade e o USP Mulheres, que são campanhas, seminários, treinamento de funcionários e professores. A coisa educativa diante dos casos e da repercussão midiática da própria CPI dos trotes, não a última CPI das universidades³. Em 2015, a USP abriu esse escritório, o USP Mulheres, em tese com o apoio da ONU, eu digo em tese porque a ONU não dá verbas para o escritório. O escritório tem ênfase educativa: fazer campanhas. A primeira pessoa chamada para coordenar foi a professora Lilia [Blima] Schraiber, da Medicina, que começou a propor algumas coisas, ter um protocolo de atendimento, por um lado, e uma pesquisa com o professor Gustavo Venturi aqui da sociologia, por outro, mas ela já estava aposentada e então passou para a professora Eva Blay. A professora Eva Blay entrou no USP Mulheres, conseguiu efetivar a pesquisa, que está no site do USP Mulheres. A pesquisa fala de tudo, fala de racismo, fala de violência sexual, assédio, homofobia, fala de preconceito de classe, de todos os tipos de agressões, digamos. O que os alunos podem sentir na USP. A primeira versão da pesquisa foi feita com alunos de pós e de graduação, e a ideia é fazer pesquisa com os docentes e servidores também.

O USP Mulheres fez algumas campanhas, conseguiu institucionalizar algumas normas no manual de calouros, conseguiu fazer cartazes e handouts pelo campus, e conseguiu pressionar para a montagem, que virou uma portaria ainda na reitoria do Zago, para a formação de Comissões de Direitos Humanos em cada unidade da USP. No entanto, essas comissões não podem abrir sindicância, não têm autonomia, não podem punir ninguém. Não há uma normativa clara de qual é o papel dessas comissões de direitos humanos, não há regulamentação sobre o que ela faz nem qual o poder que ela teria. Então, hoje em dia algumas funcionam mais, outras funcionam menos em diferentes unidades, há lugares em que a comissão não se efetiva. Em alguns lugares, funcionam como uma espécie de intermediação entre denúncias que chegam para a comissão de direitos humanos, os professores que participam ouvem as partes que querem

reclamar, em algumas unidades encaminham para que seja feita uma sindicância. Ou seja, encaminhar ofícios para a diretoria, porque a comissão não pode abrir sindicância, quem abre é a diretoria da Unidade. Em algumas universidades federais eu sei que a prerrogativa de abrir sindicâncias é da esfera da reitoria, não da esfera da direção da unidade, do centro ou da faculdade. Na USP é prerrogativa da direção da unidade onde está matriculado ou trabalha o acusado, não a vítima. Mas algumas são interunidades. O rapaz agressor de uma unidade, a vítima agredida de outra. Chamaram inclusive professores de outras unidades para participar de sindicância, para permitir um distanciamento maior na avaliação dos casos, criar uma eficiência maior no procedimento – parece que isso torna efetivamente melhor. Mas acho que não está claro ainda o que a gente pode fazer com essas comissões, alguns desses casos não seriam efetivamente casos de sindicância, poderiam ser resolvidos com formas mais negociadas.

ANA: Restaurativas.

Heloísa: Justiça restaurativa, mediações – não nos casos de estupro, decerto. Algumas comissões estão conseguindo fazer mediações, em caso de conflitos entre colegas no mesmo nível, seja entre alunos, seja entre professores, seja entre funcionários. Às vezes isso se resolve de outro jeito, vamos deslocar um funcionário de departamento, às vezes um jeito menos dramático do que ter uma sindicância, que funciona com uma lógica de inquérito policial.

ANA: E polariza muito entre agressor e vítima.

Heloísa: E qual é o fato, qual é a verdade, o que aconteceu, o que não aconteceu. Aqueles problemas que a gente sabe nesse formato, digamos, rígido de contraponto. Nós fizemos aquela passeata aqui no 8 de março de 2016. Iremos fazer outra em 2020 [fizemos no dia 11 de março um ato em frente à reitoria]. Fizemos vários treinamentos, com o pessoal da assistência social, tentamos fazer com a segurança quando a Ana Lúcia [Pastore Schritzmeyer] era superintendente [de segurança]. Com a parte pequena da segurança que é funcionário USP, a gente não podia fazer esse treinamento com esse grande contingente de seguranças terceirizados, porque se não constituiria vínculo empregatício, a USP não deixa. Fizemos treinamento com os coletivos feministas, porque os coletivos também estavam atendendo casos e acolhendo casos. Então elas pediram ajuda para a gente. Fizemos um seminário, vamos fazer um segundo com as Comissões de Direitos Humanos. Fizemos junto com os coletivos o projeto do Centro de Referência, com os coletivos e as professoras do Direito o projeto de mudança de regulamento. Ajudamos na pesquisa do USP Mulheres, fizemos várias parcerias e eventos com o USP Mulheres, inclusive a cartilha, não está dito lá, mas a Rede trabalhou na cartilha, principalmente o pessoal de Ribeirão, que fez a cartilha antes do USP Mulheres, porque elas fizeram um centro de atendimento de mulheres lá em Ribeirão. Agora elas estão com um documento novo, retomando: o que a USP precisa fazer? Por que não fez ainda?

ANA: Eu achei interessante que, procurando material, essa cartilha de Ribeirão foi muito replicada, inclusive em outras universidades, quase literalmente. Só mudando os endereços de busca para o acolhimento.

Heloísa: É, na verdade elas também foram feitas aqui na USP pegando as de outras universidades. Eu quando fiz o folder dos calouros, peguei uma cartilha que tinha da UFSC, da Federal de Santa Catarina, a Mariane [da Silva Pisani] que me indicou. Algumas universidades federais fizeram essa política de prevenção, e também de

acolhimento. A federal de Goiás parece que fez, a federal do Paraná também fez, a Unicamp, e está agora com o Centro de Atendimento de gênero. Então existe já uma coisa mais institucionalizada do que a USP já fez até agora.

ANA: Eu li muita coisa daquele relatório da CPI de coisas que eram ritualizadas com música.

Heloísa: Isso, você tinha uma espécie de hinário, hinos cantados nos trotes que eram impressos com verba da faculdade. Que tinham aquilo que passava como “humor”, entre aspas, porque a fronteira do que é humor o que é agressão é uma questão. Piadinhas machistas, racistas, homofóbicas... e bastante violência. Um famoso da Faculdade de Medicina, eu vou contar porque acho que esse é sintomático. Punham todas as meninas sentadas no meio, os veteranos em volta: “estupro sim/ o que é que tem/ se reclamar / vou estuprar você também”. Isso era cantado como piada, isso estava impresso com chancela da verba da faculdade. Na ESALQ também. Em alguns lugares eram agressões sistemáticas. Nos lugares em que acontece, há uma coisa que ajuda a entender. O trote é uma máquina de produzir hierarquias, ele produz uma sociabilidade hierárquica, “foucaultianamente” falando, porque ele produz a hierarquia geracional, calouro e veterano, nessas unidades como Medicina, Direito, Poli, ESALQ, todas as faculdades que foram fundadas no comecinho do século XX, antes da USP. O trote produz uma hierarquia que se mantém nesses lugares. Às vezes, falando com um professor da Medicina, ele fala “ah, tal professor foi meu veterano”. Eles têm uma espécie de hierarquia geracional, porque funciona, se sobrepõe e reforça a hierarquia, por exemplo, entre titulares e outros professores.

ANA: Eu ouvi isso primeiramente em Ouro Preto, fazendo minha pesquisa de mestrado. Lá também é assim e se propaga para as moradias estudantis, para as repúblicas.

Heloísa: É, isso vai mantendo as hierarquias: calouro x veterano, veterano mais antigo, residente, professor, professor doutor, professores associados, titular. Tanto que, tradicionalmente, o lugar que tem trote é o exército, e o exército é a lógica da hierarquia: só funciona como uma hierarquia rígida. Esses trotes existiam nas universidades europeias até o fim do século XIX, no século XX isso foi sendo abolido. Mas nas universidades europeias no século XIX também existiam, o trote produzia a hierarquia universitária. Então, por isso que eu digo que essa é uma prática que tem a ver com os lugares que tinham certas coisas mais institucionalizadas. Nesses lugares, os tipos de agressão foram aparecendo. A “peruada” da Faculdade de Direito no começo do século XX contratava prostitutas e faziam “brincadeiras” de cenas de estupro. E eles começaram a fazer isso com as calouras, na Medicina ninguém contava, no Direito ninguém conta. Na Medicina eles contaram.

E há os casos mais generalizados em qualquer faculdade, em qualquer curso, na convivência, algo que está em muitos lugares, que é a discussão sobre as fronteiras do consentimento. A violência sexual entre colegas, a chamada “paquera” entre professor e aluna. Então, veja bem, o problema da gente da Rede é dizer assim: a gente não é contra o sexo, nem contra as pessoas paquerarem. Eu quero que a universidade continue sendo esse lugar de liberação sexual, eu adoraria. E, numa certa medida, se a gente olhar a pesquisa do USP Diversidade, ela continua sendo. Porque naquela pesquisa, está muito claro, que vários alunos falam “ah, a USP é muito menos machista”, “a USP é menos racista do que lá fora”, só em termos de classismo, preconceito de classes ela é pior.

Mas a USP é menos machista do que lá fora, ela é menos homofóbica do que lá fora. E, certamente, isso acontece menos na USP do que nas empresas privadas, que deve ser muito pior. A gente está em uma universidade de ponta, a gente tem que tratar isso de maneira exemplar. A gente está discutindo aqui a fronteira do consentimento, “não é não”. Se a pessoa, pela legislação do estupro, estava vulnerável, por exemplo, bêbada, consumiu qualquer substância psicoativa, a pena é maior para o agressor. Isso não é desculpa para agressão, isso não permite que ela seja agredida sexualmente.

ANA: Isso está tipificado como estupro de vulnerável.

Heloísa. Isso está tipificado como estupro de vulnerável, o que significa que, diferente de outro estupro, quando a pessoa não está vulnerável, ele não prescreve. Porque o outro prescreve em 6 meses. Então a gente pode ter alguém querendo processar por uma coisa que aconteceu há muitos anos. E, se você pensar tem esse mecanismo que eu te falei, da pessoa demorar um tempo para entender o que aconteceu, inclusive para reconhecer aquilo como violência. É um processo dolorido. Eu acho que o que aconteceu ali em 2015 destampou uma panela e, de repente, você teve uma explosão de casos. Não é que houve uma explosão, é que, de repente, as pessoas estavam entendendo a situação como um abuso e podendo falar disso. A gente não sabe se houve mais casos do que antes, porque a gente não teve pesquisa antes para comparar. O que a gente percebe como uma explosão de relatos, não necessariamente de casos, porque os relatos podem ser coisas antigas que só agora estão sendo faladas.

ANA: Tenho até uma pergunta sobre isso, que tem um pouco a ver com a experiência nesses últimos meses na UFAC, dos casos que começaram a chegar para mim também, com gravidades variadas, em circunstâncias bem variadas, mas que afetaram muito o dia a dia, a saúde e a disposição de continuar o curso das meninas. Foram as estudantes mulheres que me procuraram. E uma impressão que me ficou é que esse acesso à discussão de gênero e sexualidade que se tem muito hoje na internet as tornou sensíveis e conscientes de uma série de situações cotidianas, que hoje elas estão começando a compreender como situações abusivas, como situações agressivas. Mas, que toda essa discussão não deu para elas justamente esse treinamento, esse preparo para se fortalecer, e para fortalecer os pares, as outras meninas. Então, há uma certa promessa desse feminismo de que “ninguém solta a mão de ninguém”, “nós estamos juntas”, é, “nós por nós”, mas na hora em que uma situação conflitiva, agressiva de fato acontece elas não sabem se amparar, nem amparar umas às outras. E isso as deixa em uma posição ainda mais vulnerável, com um sofrimento ainda maior. Porque antes elas estavam talvez um pouco menos sensibilizadas para isso, então não as deixaria doentes do jeito que elas estão ficando agora. Eu tenho uma série de alunas que inclusive estão pesadamente medicadas, por conta de situações de sofrimento na universidade.

Heloísa: Eu acho que há exatamente isso, a percepção de alguma coisa como agressão, nomear, que veio junto com aquelas campanhas: primeiro assédio, chega de fiu-fiu, campanhas contra o assédio na rua. Porque são os anos que a gente está constituindo, simbolicamente, essa categoria de assédio sexual no Brasil. Isso aconteceu nos anos 1970 nos Estados Unidos e volta fortemente nos últimos anos, por conta do #MeToo. Mas esse tipo de campanha hashtag, que vai descrevendo casos, “chega de fiu-fiu”, “primeiro assédio”, “meu professor abusador”, “meu amigo secreto”, isto também está acontecendo em outros países. Nenhuma a menos, na Argentina. Lá nos Estados Unidos, no crescimento da internet já no começo dos anos 2000, havia um site chamado “hollaback”, que já fazia isso de recolher casos e luta contra o assédio.

Estava nos Estados Unidos, na Austrália, na Inglaterra. Quer dizer, isso que eu falo é bem antropológico, quando a gente começa a nomear coisas: cantada de rua, foi uma cantada ou uma agressão? Na Rede a gente também sentiu que a gente estava muito abalada emocionalmente. E formar a Rede Não Cala como um grupo de pessoas com quem a gente fala, às vezes houve reuniões que foram para dar colo umas para as outras, desabafar. E ouvir que as colegas passaram por situações parecidas, de assédio sexual, moral. É difícil, mas também às vezes reconforta. “Não é só comigo, você também passou, a gente tem algo em comum”. Mas, para funcionar, precisa ter um pouco de colo, se conectar de alguma forma mais presencial, porque só internet não dá, daí o acolhimento. Por isso que também a gente fez treinamento com os coletivos, porque é muito difícil. E uma das regras do treinamento é ter algum lugar para você recorrer. Tenha colegas com quem falar, terapia, tenha pessoas para você dividir. É um pouco do que a assistência social fala, é preciso “cuidar de quem cuida”.

ANA: Aliás, também em relação a isso. Acho interessante pensar esse encontro de saberes interdisciplinares que a Rede acaba promovendo, porque são professoras da Medicina, do Direito, de Psicologia, de Serviço Social, das Ciências Sociais, da Comunicação, da Matemática, da Educação Física. Então como é que está sendo, no ponto de vista disciplinar, esse encontro de saberes, e como é que isso se articula para vocês?

Heloísa: Então, eu acho que teve esse encontro de saberes efetivamente, foi muito produtivo para nós em vários sentidos. Nós nos treinamos umas às outras. A gente tem vontade ainda de produzir uma espécie de um livro em capítulos sobre a Rede também, porque a gente sente que a Rede foi um exemplo. Nós fomos chamadas para ir para outras Universidades falar sobre isso, Unicamp, UFPR, UFJF... [algumas dessas viagens foram canceladas devido à pandemia]. Isso aconteceu comigo, na Antropologia, e com as minhas colegas na Medicina, no Direito, na Comunicação. Para nós das Ciências Sociais foi muito importante trazer a sensibilidade de entender um pouco esse jogo classificatório que está por trás da nomeação da violência. Então isso foi uma contribuição que podemos dar para os outros.

Agora, teve uma coisa importantíssima, no núcleo duro da Rede, somos amigas, a gente sai junto e a gente sai para beber, jantar, fazer festa. Precisa ter amizade, para sobreviver mesmo, que eu acho que isso foi muito interessante. Então, é engraçado, teve uma coisa, culturalmente as mulheres estão mais treinadas a fazer do que os homens, dar colo, ficar amiga, cuidar... Entre a gente da Rede é assim, e eu sinto que em alguns coletivos há isso, mas eu sinto que os coletivos feministas das meninas... eu acho que elas sofrem demais.

Elas não têm treinamento, elas não têm experiência de vida. Eu acho que tem uma coisa muito difícil que também tem a ver com a coisa geracional. É um momento tão lindo, você está na faculdade, fez 18 anos, ganhou autonomia sobre seu corpo, descobre amor, descobre tesão, descobre um monte de coisas. Muita gente começa a sua vida sexual na faculdade. É um momento que pode ser tão lindo, entende? Porque é bacana, porque sexo é gostoso, porque é uma afirmação de si etc. Só que quando vem a coisa da violência parece que atravessa essa possibilidade de descoberta. Não quer dizer que isso não acontecia quando eu era jovem, isso provavelmente aconteceu, eu só não soube. Depois que aconteceu esse caso, eu comecei a lembrar de umas histórias, mas na época, não percebi. Eu acho que todo mundo tem uma história de assédio sexual no transporte público para contar, ou na rua... todo mundo, cem por cento das mulheres. Aquela campanha "primeiro assédio", que eu pesquisei,

mostra exatamente isso. E isso, para muitas, começou dentro de casa, quando elas eram crianças. Na rua todas nós tivemos algum momento. É, eu acho que isso acontece no Brasil, isso acontece na América Latina, isso acontece na Itália, isso não acontece tanto na Inglaterra, por exemplo. É diferente. Eles são mais contidos. Não é que não acontece, é só menos visível do que aqui, porque as pessoas se olham menos, se tocam menos. No Brasil, quem nunca foi encoxada no ônibus cheio? No metrô? Por exemplo, eu me lembro de um assédio que eu sofri na adolescência, desses de noite na rua escura, o cara me seguindo, eu morri de medo. Mas eu não tinha para quem falar isso, porque era meio ridículo, “quem mandou sair na rua à noite?”. Agora, eu posso falar: fui assediada, eu me senti agredida, eu passei medo. E as pessoas entendem. Por outro lado, você começa a rever sua vida e você começa a ver um monte de situações doloridas. Agora, outro nível de sofrimento é a situação de assédio de professor, do medo que elas têm com isso, ou da violência do estupro especificamente, do toque. Tem algumas situações que não precisa ter toque, tem a coisa da exposição na internet, por exemplo. Por isso que a gente precisa ter esse lugar de acolhimento. A instituição tem que dar esse lugar de acolhimento.

ANA: É difícil convencer a instituição de que isso é papel dela, que não é uma questão privada. Eu estava lembrando das atividades que eu participei, quando foi exibido aquele documentário *The Hunting Ground*⁴, que fala sobre a situação das universidades de elite norte-americanas, e os casos de estupro lá, e como as alunas conseguiram também fazer uma rede de apoio, de troca de informação. Mas o documentário é bastante pessimista no tom. Parecia que havia uma preocupação muito grande das instituições de preservar os nomes das instituições, então esses casos não poderiam repercutir muito. E eu vi, nessas entrevistas que você deu, falas sobre um certo pacto de silêncio, para preservar o nome da universidade. Isso parece coisa das universidades de elite, mas talvez não seja. No fundo, existe diferença entre enfrentar esse assunto em uma USP ou em uma universidade mais periférica, no interior, privada?

Heloísa: Minha angústia em relação ao lugar que a USP tem, a visibilidade que a situação tomou na USP é essa. As pessoas me ligam e falam “ah, a gente quer fazer como vocês fizeram na USP”, mas a USP não fez. Então, eu sinto na época do USP Diversidade e no começo da formação da Rede, “como você vai falar mal da Faculdade de Medicina da USP?”, “você está manchando o nome da USP”, “você está agredindo a Universidade”. Tem esse pacto de silêncio em toda parte, não só na Medicina da USP. Se você denuncia esse problema na universidade, parece que a agressão sexual seria só um problema da universidade e que a universidade é que está errada, digamos assim. Quando o que a gente quer dizer é: a universidade está errada em não enfrentar, em fingir que esse problema não acontece. E eu nem acho que a universidade é o lugar mais grave disso. Mas a universidade tem que zelar pela possibilidade de formar as pessoas. Como você vai formar pessoas se elas estão sofrendo agressão aqui dentro?

ANA: É um lugar muito estratégico.

Heloísa: Exatamente. Porque se a gente formar na universidade uma atenção a essa questão... Só que o que a gente faz como educação inclui como a gente atende os casos aqui. Uma boa parte desses casos de violência sexual entre colegas tem essa coisa de fronteira, o menino acha que foi sexo e a menina fala “foi uma violência”, porque tem essa discussão de qual é o consentimento, da fronteira do consentimento. Da pessoa entender que: a menina está caída de bêbada, isso não é consentir. Se ela está dormindo, ela não está conseguindo. Uma pessoa foi na sua casa, até ela estava a fim, mas ela apagou: Não mexe nela, né? A pessoa já transou com você outra vez, aí você

procura lá de novo, imagina que ela é obrigada, mas ela pode não querer, não força a barra. Esse tipo de caso aconteceu muito nos Estados Unidos, que aparece no “The Hunting Ground”, aparece naquele outro livro de uma jornalista americano, “Missoula”⁵, que pega um caso de uma universidade, é um livro-reportagem. Mas qual o problema? Individualiza demais os casos. Parece que aqueles rapazes são loucos, quando na verdade a gente tem a produção de uma masculinidade socialmente, a produção de uma masculinidade em que o cara acha que, se ele não aproveitar, ele vai ser ridicularizado. Que se a menina “deu mole”, ele tem que transar com ela. Então a educação é um lugar em que a gente vai mudar essa masculinidade também, essa espécie de competição masculina e machista que produz violência contra os próprios meninos. Quer dizer, ele se sente na obrigação de fazer uma coisa para mostrar que é macho, para não ser feminilizado pelos colegas, provar sua masculinidade.

ANA: Essas questões de violência sexual e de gênero estão muito vinculadas à construção de masculinidades e feminilidades que são específicas da Universidade, porque é um momento de socialização, de aquisição de identidade profissional, de uma identidade sexual, de uma situação financeira, de morar fora da casa dos pais. Eu queria que você comentasse sobre isso, mas também pensando, até por causa desses casos que eu li, que existem diferenças sutis entre essas imagens de masculinidade e feminilidade que acontecem aqui na Universidade de São Paulo, que é uma universidade metropolitana, internacionalizada, e nos campi do interior e das menores capitais. Porque são outras masculinidades e feminilidades que estão em jogo nesses contextos...

Heloísa - Tem esse imaginário da masculinidade, que entre outras coisas exalta a virilidade, a capacidade de seduzir e de “comer” as meninas. Por outro lado, um imaginário de feminilidade, que são diferentes nas gerações. Um professor já aposentado, quando eu contei os casos dos estupros de festa e tal, que aconteciam, ele virou para mim e me perguntou assim: “Mas professora, essas meninas, elas se dão ao respeito?” Então, também tem esse imaginário da feminilidade, que eu acho que aparece aí também nas faculdades. Ou a menina é para casar, ou a menina é uma vagabunda. Se ela é uma vagabunda, por que é preciso respeitar?

ANA: E a expectativa de encontrar um cônjuge na universidade, que é muito forte no interior, tipo “meninos da engenharia com as meninas da odontologia”.

Heloísa: Então, exatamente, tem esse imaginário da masculinidade que tem que ser predadora, o Miguel Vale de Almeida falava de uma masculinidade sexualmente predadora, que é socialmente produzida.⁶ Por isso, é interessante falar que é socialmente produzida, para pensar que não é uma coisa da culpa só individual, mas é, de como isso está sendo construído socialmente, esses imaginários, esses ideais, de masculinidade e de feminilidade. E no caso do Brasil, temos um texto do Júlio [de Assis Simões], muito interessante sobre isso, que aqui é o “paraíso sexual - para quem?”⁷ Os professores mais velhos da USP, titulares, também pensam assim, por isso que eles acham que não precisa fazer um Centro de Referência aqui. Porque eles imaginam que existe dois tipos de menina. A menina bem comportada, ela não vai na festa, isso não vai acontecer com ela, porque ela não vai beber, ela não vai na festa, ela não vai usar substâncias.

ANA: Ela não assume o risco consciente de estar em uma situação de violência como as que “não se dão ao respeito”.

Heloísa: Como as que não são comportadas. Exatamente. O mais maluco é que na hora que o caso acontece, elas são todas colocadas no lado das meninas “que não se dão ao respeito”. Porque alguns dos casos que a gente teve na USP, a vítima até

corresponderia ao ideal de menina muito jovem, provavelmente virgem, que nunca tinha tido nenhuma relação sexual, e que sofreu uma agressão numa festa na faculdade porque bebeu. E aí, assim, colocar a culpa na bebida é muito complicado, mas, em alguma medida, foi isso que a USP fez: proibir festas, proibir a bebida aqui dentro, como se isso fosse resolver. Então, eu acho que essa construção de masculinidade que você está falando é diferente na USP, a USP é metropolitana, é mais internacionalizada. Mas, mesmo dentro da USP, você tem um choque de categorias aqui, mais claramente geracional... Não quer dizer que todas as pessoas mais velhas pensam de um jeito e todas as mais novas pensam de outro... não é isso, a gente está vendo um monte de jovem machista também.

ANA: É, não sei se é muito superado nessa geração que está vindo...

Heloísa: Não está superado não. De qualquer jeito, o que a gente vive é um choque de padrões. A mídia produz como um ideal que as meninas são hipersexualizadas desde muito pequenininhas, então há essa ideia de que ela é novinha mas ela já sabe o que ela quer. Isso é muito perverso e isso é produzido desde o programa da Xuxa nos anos 1990, na televisão, de uma hipersexualização das crianças. O perverso é que a própria Xuxa foi uma pessoa que sofreu abuso sexual infantil. E, sem querer, ela estava lá reproduzindo essa hipersexualização das crianças. Claro que não é responsabilidade dela, isso foi produzido socialmente, longe de mim dizer que a culpada é a Xuxa, não é?. Mas, a gente ainda vive em um conflito de moralidades sexuais, eu diria, que imagina essa coisa de que o menino tem que ser o comedor, e que a menina deveria ser comportada. Ao mesmo tempo em que a gente está convivendo, principalmente nas universidades como a USP, Unicamp, outras em grandes centros urbanos, com uma ideia de direitos sexuais, de sexualidade, como uma coisa bacana e boa, que deve ser vivida sem violência. Que a pessoa pode escolher, desde que tenha consentimento, vale transar com outro sexo, vale transar com pessoas do mesmo sexo, vale fazer o que você quiser, desde que haja consentimento. A própria noção de direitos sexuais e reprodutivos vem de uma concepção diferente de masculinidade e feminilidade. Vem de uma ideia de que todo mundo é cidadão, todo mundo tem direitos. Inclusive direito ao prazer.

ANA: É, eu acho interessante para pensarmos, até do ponto de vista antropológico, aquilo que você estava chamando de tensão classificatória, porque a Universidade vai promovendo um repertório de categorias, de classificações. Algumas se relacionam com aquelas que as pessoas trazem de casa, das suas bagagens, de vivências de inserções diversas, em que está o tempo todo indicado: a menina que se comporta, a menina que não se comporta, a liberada, a careta ou, enfim. E que muitas vezes inclusive cria uma certa expectativa de que a pessoa tem que se colocar em certas situações para se provar, ser mais liberado, mais/menos conservador... E aí, você tem a maneira como a antropologia vai tratando dessas categorias nas discussões de gênero especificamente, e quando isso é capturado pelo discurso jurídico, isso se torna direitos sexuais e reprodutivos. Acho que um dos desafios de um trabalho como o da Rede é transitar por essas categorias, sem que uma delas no final seja absolutizada, privilegiada. Porque por mais que a gente fale que uma categoria como "vadia" é muito complicada, ela não vai deixar de existir... E eles estão falando sobre isso. E essas piadas, essas músicas, elas continuam... Como é que a gente lida, transitando entre esses papéis de cientista que compreende esse fenômeno social, e de educadora?

Heloísa.: A gente é uma sociedade que produz o desejo sexual, produz o desejo, associa o desejo à violência, inclusive, o tempo inteiro, no cinema, em várias circunstâncias. Então, eu acho também que a gente tem essa questão de ser educativo

para outras masculinidades e outras feminilidades, o que nos remete que a gente tem que falar de gênero na escola, desde pequenininho. Porque eu acho que a coisa de violência - não só violência sexual, violência doméstica, violência de gênero, violência entre os meninos, entre os rapazes, uma violência machista tradicional, de ciúme, de posse - tudo isso, você começa falar desde pequeno sobre esse assunto. Uma coisa que eu penso desde a época que eu pesquisava telenovela, as mudanças sociais são de uma geração para outra. Elas são lentas, são culturais, simbólicas. E, então, a gente precisa falar muito disso, de que o menino não precisa bater no outro. Se você ensina o menino "cada vez que você tá contrariado, você bate em alguém", você está ensinando "o menino não chora, mas bate". Então, se você vai ensinando desde pequenininho que ele pode bater, você está dizendo para ele "tudo que te frustrar, você agride" e você o está treinando a para se tornar uma pessoa violenta. Claro, isso não é consciente, não é proposital.

ANA: Eu acho que esse é o tipo de questionamento que ajuda a gente a responder, por exemplo, para que servem as ciências sociais, que a gente está o tempo todo sendo instado a isso, e pensar nossa ciência também como uma ciência aplicada e implicada. O papel fundamental na universidade, das licenciaturas, né... que é um momento em que a gente realmente faz o trânsito entre o que se discute no âmbito acadêmico e o que se discute na educação básica.

Heloísa: Eu estive agora na Inglaterra por seis meses, circulando na London School of Economics e em outras faculdades. Fui a University College of London, fui ao King's College. E a minha filha na escola pública em Londres, em um bairro razoavelmente periférico, Tottenham, que é um bairro negro, muitos migrantes... Eu acho que algumas discussões já passaram lá, tem essa regra "não pode paquerar aluna". Eu acho que não vai funcionar no Brasil, por exemplo, fazer esse tipo de regra. Mas eu acho que a gente pode ter regras como atender os alunos com a porta aberta. A gente pode explicitar que "olha, um namoro entre professor e aluno não é errado em si, mas há uma relação de poder". E a gente pode também promover que a escola fale de certas coisas, a gente tem que ter educação sexual na escola. Quando minha filha estava lá na escola, eles iam começar um projeto de educação sexual na escola primária, na Inglaterra. Ou seja, quando eles são pequenininhos. Tem que falar desses temas desde muito cedo. Tem o tema que, por exemplo, não está no plano da [Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos] Damares, e é fundamental, que é a noção de consentimento. Que é a ideia de perceber a reação do outro.

ANA: Engraçado. Eu tenho percebido que essa discussão pode estar imiscuída em nossos currículos muito básicos no nosso curso. Eu estava dando Teoria Antropológica I lá na UFAC, que é um curso de teorias clássicas. Dando aula de Morgan, imagina, Morgan foi fazer a pesquisa com os Iroqueses porque ele estava construindo os Ritos da Fraternidade da universidade. Por isso que ele sai do Direito e vai parar na Antropologia. Então, vamos discutir os trotes. Quer dizer, por um lado, o cara tenta fundamentar isso etnograficamente, por outro na sua universidade de origem... e esse tema volta com Boas, que sofre perseguição racista em sua universidade de origem.

Heloísa: E orienta um monte de mulher

ANA: E orienta um monte de mulher. E aí tem no curso Ruth Benedict, Margaret Mead. A Margaret Mead tem que fazer aquela intermediação dos soldados, que eu costumo usar de exemplo. Então eu tenho tentado trazer um pouco essas discussões de raça e gênero, e universidade em um curso de teoria antropológica clássica, porque é uma janelinha que eu encontrei nesse momento da minha carreira inicial para poder tocar nessas coisas. E estar discutindo universidade tem as especificidades da universidade. Na semana passada você

estava no encontro do ANDES. Eu me pergunto qual é o papel das nossas associações laborais profissionais.

Heloísa: Eu acho que tem crescido nos sindicatos a percepção do problema. Eu acho que os sindicatos tradicionalmente têm um aspecto muito masculino no geral, embora no Brasil, não exista movimento social sem mulher. As mulheres são muito presentes em vários movimentos sociais, inclusive nos sindicatos. Mas os sindicatos costumam ter o *ethos*, costumam ser o movimento social mais masculino que a gente tem... agora na USP por exemplo, tanto a secretaria de mulheres da ADUSP, como a secretaria do SINTUSP tem sido muito parceira da Rede em fazer coisas, fazer o 8 de março, fazer documentos. Eu senti mais, nos últimos dois anos, que mudou... acho que está mais atenta à questão de gênero.

Mas o problema é que no Brasil é ainda um pouco tabu. Quando você fala assédio, parece que você é contra qualquer tipo de paquera, parece que você é contra qualquer tipo de sexualidade? Então, como eu falei para você, nos anos 1980-90 feminista era palavrão, ninguém falava “eu sou feminista”, agora, pelo menos, a gente pode falar.

ANA: É, tem que aguentar as consequências, mas a gente já fala, pelo menos isso...

Heloísa: É, mas tem um texto da Bila Sorj que fala isso.⁸ As pessoas falam “ah, mas eu não sou feminista”, mas a gente tem vontade de perguntar “ah, mas você transou com o namorado antes de casar? Você já pensou que não podia fazer isso antes do feminismo?”. “Você quer trabalhar fora?”, “você está fazendo o curso de matemática?” “você já pensou o que você deve ao feminismo para estar na matemática?” Eu acho que também tem esse outro lado que você estava falando. Falar, às vezes parece que de algum jeito foi bom, mas, também vulnerabilizou algumas pessoas, os coletivos das meninas sentiram mais. Então, eu acho que a gente ainda tem aprendizados a percorrer, no como falar, no como fazer. Temos que sofisticar o jeito de lidar. Invariavelmente, quando eu falo desses casos numa plateia grande, eu olho para algumas meninas, elas tão desmoronando ali na hora que eu estou falando. Uma dessas cenas foi contigo. Porque elas estão às vezes percebendo que a situação que elas viveram foi uma agressão, naquele momento.

ANA: É, é complicado isso. Pelo menos, o que eu tenho aprendido comigo mesma nos últimos 10 anos é que há um momento em que a gente tem que falar e momentos em que a gente tem que ficar quieta por uma série de motivos. Mas eu acho que é uma tarefa sobre si, continua. A gente vive uma situação de violência, que tem que ir aprendendo a percepção de quais são as suas capacidades e vulnerabilidades em cada circunstância. E eu acho que talvez um pouco de trabalho de acolhimento, a longo prazo, seja esse também. Se você é uma pessoa que passou por uma situação de violência sexual como é o meu caso, há horas que você está apta a enfrentar, outras não. E tudo bem. Porque existe uma Rede que justamente está ali capaz de ocupar esse espaço, enquanto você se recompõe. E que a gente como professora tem uma responsabilidade com o aluno envolvido numa situação dessas. Ele vai ser seu aluno, eventualmente, e você tem que ter uma relação profissional ali.

Heloísa: Exatamente, muito dos casos, por exemplo do CRUSP, quando a gente fez a pesquisa. Muitos dos casos do CRUSP, por exemplo, o aluno era bolsista, agrediu uma pessoa, chamava o orientador, [que dizia] “ah, ele é ótimo aluno”. Isso é uma coisa interessante de falar. Ficava assim: “mas se ele era ótimo aluno, como ele agrediu alguém? ele é uma pessoa bacana”. Isso acontece, é muito semelhante à violência doméstica. O cara bate na mulher, mas ele pode ser super legal com o resto do

mundo. Isso não quer dizer que ele não agrediu a mulher dele. Ele pode ser bom profissional, bom amigo. Pode ser super gentil, entende, para o mundo externo ele pode ser perfeito...

ANA: Inclusive, ele pode ter tido ótimos relacionamentos outros...

Heloísa: Exatamente, é uma coisa assim. É aquela relação que produziu aquilo, quer dizer, e, nos casos tinha isso: Ele é super bom aluno, mas ele bateu na namorada dentro do CRUSP, dentro da moradia universitária. Ele é bom aluno, mas ele abusou da amiga dele, que até então era amiga dele, próxima a ele. Infelizmente, um comportamento não tem a ver com o outro. Porque isso está muito relacionado, voltamos, aos padrões de masculinidade e feminilidade. Está muito relacionado ao fato de que o cara pode tratar todo mundo bem, mas na relação amorosa que ele tem, ele não vê a namorada como o sujeito autônomo, ele vê a namorada como posse dele, entendeu? Então, ou ele não vê as meninas igual a como ele vê os colegas homens, ou ele não vê algumas meninas que ele acha que são vagabundas, como gente igual a ele. É difícil dizer isso, mas é isso.

ANA: E eu acho que essa dimensão está começando a ficar mais visível, tem surgido mais grupos para discutir as masculinidades, e práticas violentas ou não violentas entre homens. Porque é aquilo que você tinha falado: "ah, eu não consigo dar conta de ouvir a vítima e ouvir o acusado", mas eles precisam ser ouvidos e algum trabalho precisa ser feito ali.

Heloísa: Porque também há várias outras coisas. A gente sabe, socialmente, pesquisando, que a punição não resolve o problema. A Lei Maria da Penha está lá, mas, mesmo que ela seja aplicada *ipsis litteris*, a gente sabe que a violência doméstica não vai acabar por causa disso. O que a gente sabe, por exemplo, é que assistência social, acolhimento, políticas de saúde têm um grande efeito, é o que as mulheres que sofrem violência mais buscam: apoio. Então, se efetivamente, todas as DDM [Delegacias de Defesa da Mulher] tivessem assistência, psicólogo, como imaginado, por exemplo, que pudessem atender e tratar das pessoas, isso teria efeito muito mais importante do que o processo judiciário efetivamente. Até onde a gente sabe, com relação a essa questão da violência sexual, ainda que a gente tenha muita pesquisa sobre violência sexual já, bastante coisa no Brasil, poucas se debruçam sobre como e quais políticas efetivamente funcionam para mudar o panorama. A gente ainda precisa ter muita pesquisa. É muito subnotificado. Mas, pela notificação médica, a gente descobre um pouco do problema. Ou seja, são casos que levaram as pessoas ao hospital.

ANA: Tenho uma última pergunta. Ontem foi o dia Internacional da Mulher e Menina na Ciência, ontem foi dia de muita coisa, foi o Dia do Antropólogo também. Mas eu queria ouvir de você um pouco sobre como você imagina que essas situações de assimetrias e violências de gênero e violência sexual trazem impacto, também, para a presença de mulheres e meninas no campo científico.

Heloísa: Boa pergunta. Muito, muito. Eu não tenho dados muito claros de pesquisa sobre isso, porque é um tema novo, a gente está começando a ter mais pesquisa sobre essas questões agora, embora já tenha aparecido um escopo de artigos pensando um pouco como a universidade deve lidar com os casos. Isso já está aparecendo no Brasil, na América Latina, na Espanha, nos Estados Unidos há bastante. Mas, há muitos artigos e pouca reflexão antropológica sobre isso. Na antropologia, especificamente, acho que tem pouco. Mas eu acabei fazendo uma espécie de dois tipos ideais de agressão. Um no lugar que há trote, o outro no lugar onde não há. Esses lugares onde

há trote são lugares mais hierarquizados - a universidade sempre tem hierarquia, a USP é super hierárquica - mas, em alguns lugares, parece que isso é mais...

ANA: Ritualizado.

Heloísa: Ritualizado, exatamente, mais institucionalizado, mais visível, mais marcado. Eu também tive a sensação, eu ouvi dizer um pouco isso até da boca dos alunos da medicina, que essa turma dos alunos da medicina que denunciou os casos teve umas quatro tentativas de suicídio. Em uma só turma, que não são turmas muito grandes. Uma das coisas que apareceu era, por exemplo, no Show Med só os rapazes participavam. E só conseguia entrar nas residências mais prestigiadas quem era do Show Med. Cirurgia. Então, a sensação que eu tenho, é que uma parte dessas agressões demarcam ainda uma certa resistência masculina em lugares que se feminilizaram. Porque medicina era exclusivamente masculina, mas a medicina ainda é pensada como masculina. A enfermagem é feminina. Dentre as áreas da Medicina, há áreas mais femininas: pediatria por exemplo, cuidar de criança é coisa típica de mulher, mãe que cuida de criança... Até muito recentemente não havia o que há agora, quase metade, 50 por cento [das turmas] é feminina. Você tem uma espécie de resistência do núcleo duro masculino, e nesses lugares elas não entram. Isso é muito visível em alguns cursos, inclusive aqui na filosofia, que entra uma proporção alta de mulheres. Mas, se você olhar quem vai para a pós-graduação, já diminuiu muito a quantidade de meninas. E, se você olha para quem está no departamento, trinta homens e duas mulheres ativos no departamento de filosofia. Então, são alguns lugares que, embora tenham se feminizado como as faculdades de educação que têm uma proporção altíssima de professoras mulheres, olha lá quem chegou a ser diretora. Então, eu acho que há uma coisa dessa agressão, que é uma resistência. A Henrietta Moore falava isso com relação à violência doméstica⁹. Então, essa violência só aparece quando elas ganham espaço... e isso em dados de violência doméstica é comprovado, isso tem dados quantitativos, digamos, comprovado quantitativamente... Fetiche dos números. É como se os números dissessem mais...mas isso tem tanto dado quantitativo quanto dado qualitativo, etnográfico. Aquela situação, no qualitativo, aparece muito: quando a mulher começa a questionar o homem, é que ele fica agressivo. Se ela for super, super submissa, ele não precisa bater. Entendeu? Então, são milhões de relatos, mas isso aparece também no quantitativo, quando as mulheres começam trabalhar mais fora... aumenta a violência doméstica na classe média.

Eu acho que na universidade existe algo parecido, se o lugar é muito masculino não precisa ter violência contra mulher. Vai ter umas poucas mulheres lá dentro, mas elas acabam também reproduzindo *ethos* meio masculinos. Aquela coisa da mulher que sobe no poder, é masculinizada porque ela está num lugar de poder, e ela acaba reproduzindo uma certa forma mais "trator" de lidar com as pessoas. Mas, por outro lado, quando nesses lugares vai entrando um monte de mulheres, começam mais casos de agressão. A agressão pode aparecer como uma violência sexual ou como um assédio moral mesmo....

ANA: Gaslighting.

Heloísa: Desqualificar, cortar a fala. Não é só sexual, entendeu? Eu lembro de uma cena que é da minha filha, numa escola super alternativa: "ah, na discussão de grupo, eu falei a solução, ninguém deu bola, quando meu colega falou exatamente o que eu tinha falado, todo mundo falou: ah, que ótimo, achamos a solução." Deu aquela

sensação "só porque eu era menina, o grupo não me ouviu". Às vezes, as próprias mulheres sem perceber reproduzem isso. Então, eu acho que acontece mais quando as mulheres vão ganhando espaços do que quando elas estão quietinhas, mais invisíveis. Mas a gente não tem dados de universidade sobre isso até onde eu sei.

ANA: O que a gente pode é comparar as discrepâncias na trajetória, quantas ingressaram nas carreiras, quantas se formam, quantas vão para a pós....

Heloísa: No caso da USP, isso é bem visível. Basta olhar para a proporção de titulares, quantas mulheres, com a proporção de alunas que entram na graduação. Então, na graduação da USP, em geral, a gente tem uma proporção equivalente de homens e mulheres. Agora, quem chega no doutorado? Já diminui o número de mulheres. Quem entra na carreira? Vai diminuindo a proporção de mulheres. E quem chega a titular é menos ainda. Então isso acontece mesmo em áreas relativamente femininas, como educação, como a própria antropologia.

BIBLIOGRAFIA

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Senhores de Si:** Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século Eds, 2000.

BERMÚDEZ, Ana Carla. CPI das universidades propõe cobrar mensalidade e PEC para fiscalizar gastos. **UOL Educação**. Publicado em 06 nov. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/06/cpi-de-universidades-propoe-cobrar-mensalidade-e-pec-para-fiscalizar-gastos.htm>. Último acesso em 23 jun. 2020.

KRAKAUER, John. **Missoula:** estupro e justiça em uma cidade universitária. São Paulo: Cia das Letras, 2016. 472p. ISBN-10: 8535926992

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, v. 14, pp. 13-44, Campinas., 2000.

PIMENTEL, Sílvia, SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P., PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime ou "cortesia"?** Abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

SIMÕES, J. A. (2016). O Brasil é um paraíso sexual - para quem? **Cadernos Pagu**, (47), pp. 401-423. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647268>

SORJ, Bila. O estigma das feministas, **O Globo**, 13 mai. 2005, p. 07. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/o_estigma_das_feministas.pdf

THE HUNTING Ground. Dir. Kirby Dick. Prod. Amy Ziering. Documentário. EUA: The Weinstein Company, cor, 2015. 1h43min.

NOTAS

1. ALMEIDA, Heloísa Buarque de. Violence sexuelle et de genre à l'université: du secret à la bataille pour la reconnaissance. [Violência sexual e de gênero na universidade: do segredo à luta

por reconhecimento; Sexual and gender violence in higher education: from secrecy to the struggle for recognition]. **Brésil(S) - Sciences Humaines et Sociales**, p. 1-21, 2019.

2. PIMENTEL, Sílvia, SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P., PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime ou "cortesia"?** Abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

3. Em abril de 2019, por proposição de Wellington Moura, do PRB, foi instaurada uma CPI para apurar a utilização de verbas públicas e o alegado “aparelhamento ideológico” das universidades. Os trabalhos foram concluídos em novembro do mesmo ano, com relatoria da deputada Valéria Bolsonaro (PSL) propondo cobrança de mensalidades nas universidades paulistas. Ver BERMÚDEZ, Ana Carla. CPI das universidades propõe cobrar mensalidade e PEC para fiscalizar gastos. **UOL Educação**. Publicado em 06 nov. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/06/cpi-de-universidades-propoe-cobrar-mensalidade-e-pec-para-fiscalizar-gastos.htm>. Último acesso em 23 jun. 2020.

4. THE HUNTING Ground. Dir. Kirby Dick. Prod. Amy Ziering. Documentário. EUA: The Weinstein Company, cor, 2015. 1h43min.

5. KRAKAUER, John. **Missoula: estupro e justiça em uma cidade universitária**. São Paulo: Cia das Letras, 2016. 472p. ISBN-10: 8535926992

6. VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Senhores de Si: Uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de Século Eds, 2000.

7. SIMÕES, J. A. (2016). O Brasil é um paraíso sexual - para quem? **Cadernos Pagu**, (47), pp. 401-423. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647268>

8. SORJ, Bila. O estigma das feministas, **O Globo**, 13 mai 2005, p. 07. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/o_estigma_das_feministas.pdf

9. MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, v. 14, pp. 13-44, Campinas., 2000.

AUTOR

ANA LETÍCIA DE FIORI

Colegiado de Ciências Sociais – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre. E-mail: morgotia@gmail.com